

MEDIAR, VERBO DEFECTIVO: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA ATOR-REDE PARA A CONJUGAÇÃO DA MEDIAÇÃO JORNALÍSTICA

MEDIATE, A DEFECTIVE VERB: CONTRIBUTIONS OF ACTOR-NETWORK THEORY FOR JOURNALISTIC MEDIATION CONJUGATION

Tacyana Arce*

Geane Alzamora**

Tiago Barcelos Pereira Salgado***

RESUMO:

A mediação jornalística tem sido tradicionalmente abordada pelo viés da prática profissional especializada que seleciona, avalia, hierarquiza e coloca em circulação informações consideradas de interesse público. Contudo, a reconfiguração do cenário comunicacional - marcado pela interpenetração intensa entre as lógicas de transmissão, que delineou o jornalismo de massa, e de compartilhamento, típica das redes sociais *online* - torna opaca e circunstancial a separação entre produtores e consumidores de informação. Neste artigo, buscamos compreender o atual panorama da mediação jornalística, reposicionada frente à ação de outros mediadores no exercício midiático de dar a conhecer os fatos do mundo, no âmbito da cobertura especializada das manifestações de junho de 2013 no Brasil e de seus desdobramentos. Recorrendo à Teoria Ator-Rede, procuramos discutir a imbricação da mediação jornalística com outras formas de mediações na produção e circulação de informações, assim como o impacto da questão na prática profissional.

PALAVRAS-CHAVE:

Conexões. Mediação jornalística. Teoria Ator-Rede.

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG e professora do Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH). Bolsista Sanduíche pela Capes no Médialab/Science Po. MINAS GERAIS, Brasil. tacyarce@gmail.com

** Professora da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de produtividade do Cnpq e pesquisadora do Centro de Convergência de Novas Mídias (CCNM/Ufmg). A autora agradece ao CNPq e a Fapemig por auxílios recebidos em pesquisas que dialogam com este trabalho. MINAS GERAIS, Brasil. geanealzamora@ufmg.

*** Doutorando em Comunicação Social pela UFMG. Pesquisador do Centro de Convergência de Novas Mídias (CCNM/UFGM). Bolsista Capes. MINAS GERAIS, Brasil. tigubarcelos@gmail.com

ABSTRACT:

Journalistic mediation has traditionally been approached by the way how specialized professional practice selects, evaluates, hierarchizes and puts into circulation information deemed of public interest. However, the reconfiguration of the media communicational scenario - marked by an intense interpenetration between the transmission logic, which outlined journalism, and the sharing logic, which is typical of online social networks - makes the separation between producers and consumers opaque. This research aims at understanding the current panorama of journalistic mediation, which is now repositioned in face of the actions of other mediators in the mediatic exercise of bringing to light the events of the world, as portrayed by the specialized media coverage of June 2013 protests in Brazil and its developments. The research resorts to the Actor-Network Theory as a theoretical framework to discuss the journalistic mediation interconnections with other forms of mediation in the production and circulation of information and also the impact of such issue in the professional practice.

KEYWORDS:

Actor-Network Theory. Connections. Journalistic mediation.

EU MEDEIO, TU MEDEIAS E AS CONJUGAÇÕES (IM)POSSÍVEIS

No dia 06 de fevereiro de 2014, um protesto contra o aumento das tarifas de transporte de ônibus na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, ganhou notoriedade em função da morte do cinegrafista Santiago Ilídio Andrade, da TV Bandeirantes. Atingido na cabeça por um rojão, Santiago teve morte cerebral confirmada quatro dias depois. Apesar de os dois jovens presos e indiciados terem assumido a autoria do crime, eles negaram que tivessem tido a intenção deliberada de ferir Santiago e, menos ainda, a intenção de atingir um determinado conjunto de trabalhadores.

Mesmo assim, a morte do profissional em serviço mobilizou a categoria profissional, com várias manifestações de solidariedade e preocupação pelas redes sociais *online*,¹ bem como pronunciamentos de entidades representativas e instâncias governamentais.² Oito dias depois, o portal da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) iniciou publicação de várias reportagens sobre os desafios de se cobrir grandes eventos no Brasil. A primeira reportagem apontou que as manifestações de junho de 2013 trouxeram elementos que levaram a uma abordagem diferenciada pela imprensa.

O principal elemento, segundo a reportagem, teria sido a violência contra os profissionais da imprensa. Uma das fontes ouvidas, o repórter Fábio Pannunzio, da TV Bandeirantes, atribuiu as agressões aos profissionais ao enfraquecimento do papel exercido pelo jornalismo e lamentou que entre os que questionavam publicamente a atuação profissional estivessem “jornalistas de mídias que ficam na *internet* fazendo esse trabalho de implosão conceitual do jornalismo”.³

O abalo de certa *função mediadora* do jornalismo é uma conclusão recorrente em textos que buscam analisar o jornalismo e as manifestações brasileiras de junho de 2013. Sôlha (2013), por exemplo, aponta que a “grande imprensa” buscou assumir “uma atitude didática e esclarecedora sobre o seu papel na sociedade e as transformações deste papel, em virtude das tensões internas, impostas pelo processo de convergência digital”.

Todavia, as manifestações de junho de 2013 acirraram, mas não inauguraram um cenário de desconfiança em relação à mediação jornalística. Conforme avalia Moretzsohn (2003, p. 8, grifo nosso), casos de rejeição a profissionais nada mais são do que “a rejeição da imprensa como instituição e referência de credibilidade no trabalho de *mediação* discursiva”. Em trabalho mais recente, a autora defende que a “cacofonia própria das redes exige ainda mais a tentativa de organizar o caos, o que sempre foi tarefa do jornalismo. O fato de a mídia hegemônica frequentemente descumprir esse compromisso não cancela a relevância da *mediação* jornalística [...]” (MORETZSOHN, 2014, p. 169, grifo nosso).

Perspectiva semelhante é adotada por Moraes e Adghirni (2011). Embora considerem que produzir e consumir informações não sejam mais polos opostos da comunicação, as autoras afirmam que o atual cenário não suprime a histórica função *mediadora* jornalística, pelo contrário, pode representar a sobrevivência da profissão resgatando “o papel de costureiro das narrativas expostas pelos diferentes atores sociais” (MORAES; ADGHIRNI, 2011, p. 2).

Nessas visões, outros *medeiam*, mas há um “eu *medeio*” no jornalismo que se difere qualitativamente dos demais. É possível perceber a convicção de que o jornalista *medeia* porque se posiciona diferenciadamente entre dois polos comunicativos, entre uma mensagem a ser dada a conhecer e seu conhecedor. Esta noção é por nós recusada não apenas por conceber um jornalista exterior ao fato que relata, mas também por

conceber um social que já está dado de antemão, no qual os atores e seus papéis estão definidos antes mesmo do curso da ação.⁴

A partir dos pressupostos da Teoria Ator-Rede (TAR), que trata das relações do social como efeito de rede, defendemos que mediar é verbo defectivo, conjugável apenas na primeira pessoa do plural. Como demonstramos a seguir, mediação é efeito, cadeia de transformações na qual ações de mediadores não devem ser diferenciadas *a priori*, pois conformam o social enquanto se tecem conjuntamente. Todos os atores da cadeia (humanos e não-humanos) agem e são levados a agir, a traduzir, a transformar, portanto, a mediar. Considerando tais ponderações, em que sentido é possível defender, a priori, a superioridade da mediação jornalística sobre as demais na circulação de informações em rede? O que seria próprio dela e como caracterizá-la atualmente?

MEDIAÇÃO JORNALÍSTICA

Se a opção neste artigo foi por começar a discutir mediação jornalística menos por uma definição conceitual e sim de maneira tangencial, apontando tensões no cotidiano profissional do jornalista, isso se dá pelo fato de que a prática jornalística é definidora da sua *mediação*, como apontam diferentes autores (BRAGA, 2012; FAUSTO NETO, 2008; KUNCZIK, 2001). É problematizando as operações do jornalismo que boa parte dos estudos vai construir sua percepção do que seja a *mediação* que caracteriza o jornalismo, a começar por Walter Lippmann, um dos primeiros pensadores do jornalismo. Em *Public Opinion*, Lippmann (1922) define o jornalismo como o produto final de uma série de procedimentos que visam a permitir o acesso à informação. Desta maneira, delineia-se uma chave interpretativa de *mediação* como o estar entre dois polos do processo comunicativo. A *mediação* jornalística que deriva dessa perspectiva é aquela que atua na tarefa de produzir notícias que sejam o mais próximas possível do fato narrado.⁵

De fato, vários autores pensam o jornalismo por essa perspectiva. Wolton (2004) relaciona o papel *mediador* do jornalismo ao papel de articulador entre um mundo que se dá a conhecer e seus cidadãos. Kunczik (2001) avalia que uma das definições ocidentais do jornalismo se constrói justamente em torno da figura do jornalista como *mediador*, atribuindo-se “aos meios de comunicação a função precípua de facilitar a comunicação entre todos os grupos que participam na formação da vontade política, criando assim a opinião pública definida” (KUNCZIK, 2001, p. 100).

Podemos dizer que desde os primórdios do pensamento teórico acerca do jornalismo a concepção de mediação jornalística permanece praticamente inalterada. Na Teoria do Espelho, o jornalista é um *mediador* desinteressado, que dá a conhecer o mundo tal como ele se apresenta, sem distorções, como se o relato jornalístico fosse uma espécie de reflexo fiel da realidade. Com o passar dos anos, os fundamentos teóricos da *mediação* jornalística se tornam mais sofisticados. Formulada nos anos 1950, a abordagem do *Gatekeeping* baseia-se na metáfora do “porteiro” para caracterizar o jornalista como aquele que seleciona e hierarquiza as notícias. Essa abordagem reconhece que o jornalista tem uma história pessoal que impacta o produto a figurar no jornal. No mesmo período, a Teoria Organizacional aponta a sobreposição das normas das empresas comunicacionais aos valores individuais dos jornalistas que, por processos de recompensa e punição, adequam-se à política da empresa jornalística, sendo o produto jornalístico resultante dessa acomodação.

Teorias estruturalistas, construcionistas e interacionistas, elaboradas na segunda metade do século XX, vão se diferenciar das anteriores sobretudo na compreensão de que notícias não são manifestações objetivas do real, mas resultam de processos de construção coletiva. A existência de diferentes *mediações* na conformação daquilo que vem a ser a *mediação* jornalística é reconhecida. Entretanto, em certa medida, tais proposições teóricas reforçam a centralidade da *mediação* jornalística como um “eu jornalismo *medeio*”, institucional e deontológico, que instaura até mesmo a forma de o cidadão estar no mundo. É o que se percebe, por exemplo, em abordagens estruturalistas que tomam os *media* como aparelhos ideológicos do Estado, ajudando a construir uma sociedade consensual e normalizada. Negando o viés ideológico ou mesmo manipulador das teorias estruturalistas, as teorias construcionistas mantêm a ideia de centralidade da *mediação* jornalística nos processos sociais ao reivindicar que, em movimento de reflexividade, as notícias não apenas são uma representação da realidade, mas resultam na sua própria construção.

As teorias interacionistas vão reivindicar, por sua vez, que as notícias resultam de processos de percepção, seleção e transformação de acontecimentos por profissionais relativamente autônomos, orientados por uma cultura comum, mas sob forte pressão do fator tempo. Todos esses elementos *medeiam* aquilo que vem a ser o produto jornalístico final. Aliás, todos esses elementos são também *mediados* por atuações outras, sobretudo dos poderes instituídos, que buscam controlar as práticas jornalísticas a partir de

constrangimentos diversos que tornam possível a esses poderes interferir no que serão as notícias.

Assim, embora gradativamente a compreensão acerca da *mediação* jornalística se torne mais sofisticada, permanece a ideia fundante de um “eu *mediador* do jornalismo” que é determinante para a configuração do social. Porém, cada vez mais a mediação jornalística tem sido tensionada por outras formas de mediação, o que parece demandar revisão mais aprofundada da questão.

Orozco Gómez (2006) destaca a “explosão das *mediações*” nos processos comunicacionais, definindo as *mediações* como “processos estruturantes que provêm de diversas fontes, incidindo nos processos de comunicação e formando as interações comunicativas dos atores sociais” (OROZCO GÓMEZ, 2006, p. 88).⁶ O pesquisador avalia que, frente à velocidade das transformações tecnológicas, as mediações tradicionais se desordenam.

É o que ocorre com o jornalismo, um “filho legítimo da modernidade” (MARCONDES FILHO, 2002) que, como tal, se configura como mediação tipicamente moderna. Se, como afirma Latour (1994, p. 8), “a leitura diária do jornal é a reza do homem moderno”, o jornalismo, perde sua força *mediadora* na mesma medida em que se multiplicam as formas de mediação na contemporaneidade. No cenário contemporâneo de midiatisação,⁷ mediações diversificadas e mediações provenientes de instituições midiáticas tradicionais, como é o caso da imprensa, circulam de modo intermídia, contaminando-se mutuamente (ALZAMORA, 2012).

Acreditamos que é a partir deste ponto que a visada da Teoria Ator-Rede (TAR) contribui para que avancemos na compreensão da (re)configuração da mediação jornalística. Na perspectiva da TAR, mediação é uma cadeia de associações agenciadas em rede, em constante transformação. Da rede, pode-se afirmar tão somente a sua existência, mas nunca sua estabilização. O significado de mediação é, portanto, sempre frágil, “em parte constituído, movido, recriado, modificado. Em suma, expresso e [para logo ser] traído” (LATOURE, 2000b, p. 19, tradução nossa).

De acordo com entrevista concedida por Latour a Rodrigues (2012), a TAR é essencialmente uma teoria da multiplicidade das mediações. Compreender a mediação jornalística por esse prisma demanda que se assumam a pluralidade como atributo da mediação, o que pressupõe relativizar “o papel de costureiro das narrativas expostas pelos diferentes atores sociais” (MORAES; ADGHIRNI, 2011, p. 2). Pressupõe também

relativizar a perspectiva reivindicada por Bruns (2005) em sua revisão da abordagem do *Gatekeeping*. O autor sugere a metáfora do bibliotecário para caracterizar a atividade jornalística de organizar e apontar caminhos no emaranhado de publicações *online* acerca de determinado assunto, produzidas ou não por jornalistas, denominando essa função de *gatewatching*. Ainda que perspectivas como essas reconheçam a pluralidade de mediações que atravessam a mediação jornalística contemporânea, sublinham, *a priori*, a superioridade da mediação jornalística sobre as demais.

MEDIAMOS: TAR E A PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL

Não sendo um autor da área do Jornalismo ou mesmo da Comunicação, Bruno Latour menciona com frequência a atividade jornalística. Em *Jamais fomos modernos*, ele toma o jornal como metáfora do próprio pensamento ordenador moderno. Latour (1994) se refere com certa ironia tanto ao Jornalismo quanto a outras áreas do conhecimento que com frequência antecipam explicações ao buscar “no social” traços residuais que outros domínios não explicam.

Longe de designar “um domínio especial, uma esfera exclusiva ou um objeto particular” (LATOURE, 2012, p. 25), o social se configura pelo movimento de reassociação e reagregação. Assim, “o social não é nunca uma coisa visível ou postulável. Só se deixa entrever pelos *traços* que vai disseminando (experimentalmente) quando uma *nova* associação se constitui” (LATOURE, 2012, p. 27, grifos do autor). A sociologia convencional, chamada por Latour de “Sociologia do Social” não consegue apreender esse movimento, pois considera que o social constitui um domínio específico. Por esse motivo, o autor defende uma “Sociologia das Associações” ou Teoria Ator-Rede.

A TAR busca conhecer o social pela identificação das associações dos actantes,⁸ que passam à ação e levam outros a agir de modo que redes temporárias são compostas:

Toda associação deixa rastros, sendo o trabalho do cientista social o de reconstruí-los e reagrupá-los. O social não é o que abriga as associações, mas o que é gerado por elas. Ele é uma rede que se refaz a todo o momento. Os actantes buscam, com muito esforço, estabilizar essas redes em “caixas-pretas”, instituições, normas, hábitos, estruturas. Essas “pontualizações” não podem ser tomadas como categorias de explicação *a priori* das associações, mas como consequência temporária de uma rede de distribuição e de estabilização de agências. (HOLANDA; LEMOS, 2013, p. 2).

O problema é que o pensamento moderno é ordenador e sobrevaloriza a estabilização, operando pela “purificação”. Segundo Latour (1994), esta prática integra a Constituição Moderna, que, entre outros aspectos, separa a cultura da natureza. É essa cisão fundamental que permitiria ao sujeito moderno dominar a natureza, explicá-la e controlá-la. Para tal, seria preciso criar ainda outras cisões. Cada área do conhecimento seria responsável por explicar algo do natural e só ela teria autoridade para dizer do seu quinhão.

Entretanto, essa promessa moderna não consegue se efetivar, daí a provocação: “jamais fomos modernos”. Se as grandes questões da contemporaneidade - como o aquecimento global, o avanço da medicina sobre o domínio da vida e da morte, a batalha pela autoafirmação dos povos - claramente recusam a explicação por um único domínio, tensionando diferentes atores e áreas do conhecimento, segundo Latour (1994) isso se dá porque nunca fomos modernos, ou seja, em tempo algum chegamos a realizar o processo de purificação, uma vez que “nós mesmos somos híbridos” (LATOUR, 1994, p. 9).

Nunca efetivamente demos conta de purificar vivências e explicações, do que são provas os “híbridos” que proliferam à nossa vista. De certa maneira, é justamente por isso que as explicações “do social” surgem, uma vez que sempre haverá algo que escapa aos limites de determinado domínio, sem necessariamente chegar a outro. Na verdade, para o autor, tudo acontece “entre”.

Esse “estar entre” implica outro conceito que, para Latour (2004), também decorre da Constituição Moderna e de certa maneira é uma contraface da purificação: a tradução. Uma vez que a “ilusão moderna” buscou separar os domínios da natureza (inato) e da política (ação humana), o acesso às coisas não pode ser direto, mas somente pode se dar por mediação, processo de tradução, de transformação. A tradução, ressaltamos, não é mera intermediação. Não é o simples transportar de uma informação de um domínio a outro. Tradução necessariamente implica em transformação, primeiro por movimentos de redução e, em seguida, por ampliação, como resalta Latour (2000a).

É importante destacar que essa perspectiva difere do construtivismo social porque a TAR reconhece a ação dos não-humanos (LEMOS, 2013). Se para o construtivismo social é o sujeito que cria a realidade, ao interpretar e construir o mundo, para a TAR sujeitos e objetos podem ter igual importância na ação mediadora. A percepção de que a ação se dá em rede - ideia presente no hífen da expressão ator-rede - também diferencia a abordagem da mediação jornalística por meio da TAR. Nesta perspectiva, os atores,

humanos e não-humanos, não agem individualmente, mas coletivamente em mediações que se sobrepõem umas às outras. Mediação é o próprio conjunto de práticas que permite a tradução. É por esta abordagem que compreendemos a mediação jornalística: não como operação purificadora - perspectiva dominante nos estudos de jornalismo -, mas como operação de tradução que é coletiva e, portanto, híbrida.

A principal contribuição da TAR para a reflexão sobre a mediação jornalística, então, é evitar que ela seja tomada como uma caixa-preta - termo utilizado por esta abordagem para designar a estabilização que oculta o processo de formação do social. Uma organização, um artefato, uma lei ou um conceito - como a mediação jornalística - podem ser acionados para, de forma acabada, escondendo o movimento de agregação, explicarem o social. Estabilizada, a mediação jornalística perde sua potência transformadora e tradutora. O jornalismo passa a ser o intermediário das ações do mundo, e não mediador, actante que participa coletivamente das produções de sentidos do mundo. Assim, consideramos que o *eu medeio*”, característico da mediação jornalística tradicional, reduz a potência do “nós mediamos” e somos mediados por outros, tal como reivindica a TAR.

JORNALISMO: O QUE ESSE “ELE” MEDEIA

Quatro dias após a morte do cinegrafista Santiago Andrade, a Rede Globo divulgou um editorial, disponibilizado em várias páginas de emissoras, jornais e produtos do grupo, mas personificado na interpretação de William Bonner, editor-chefe e âncora do Jornal Nacional. Recomendamos a leitura na íntegra do editorial⁹ e destacamos aqui alguns trechos que interessam à nossa discussão:

- Não é só a imprensa que está de luto com a morte do nosso colega da TV Bandeirantes Santiago Andrade. É a sociedade.
- Jornalistas não são pessoas especiais, não são melhores nem piores do que os outros profissionais. Mas é essencial, numa democracia, um jornalismo profissional, que busque sempre a isenção e a correção para informar o cidadão sobre o que está acontecendo.
- [...] E a cada nova manifestação, passaram a hostilizar jornalistas profissionais.
- [...] foi uma atitude suicida, porque sem os jornalistas profissionais, a nação não tem como tomar conhecimento amplo das manifestações que promove.
- [...] A violência é condenável sempre, venha de onde vier.
- [...] E pode atingir os jornalistas, que são os olhos e os ouvidos da sociedade [...].

– [...] Os brasileiros têm o direito de se manifestar, sem violência, quando quiserem, contra isso ou a favor daquilo. E o jornalismo profissional vai estar lá - sem tomar posição a favor de lado nenhum. (EDITORIAL..., 2014).

Conforme destacam Alzamora, Arce e Utsch (2014), a representação televisiva das manifestações que atravessaram a realização da Copa das Confederações em junho de 2013 - especificamente os posicionamentos opinativos do Jornal Nacional - destacou-se pela defesa de ideais como isenção, correção e agilidade da informação. Essa defesa, associada a uma visada que reduz o jornalista a um intermediário entre a sociedade e a informação, conforme a visada da TAR, pode ser metaforicamente percebida nesse editorial do Jornal Nacional: “Como um jornalista pode colher e divulgar as informações quando se vê entre paus e pedras e rojões de um lado, e bombas de efeito moral e bala de borracha de outro?” (EDITORIAL..., 2014). Menos que um questionamento, é a defesa de um ponto de vista: estando o jornalista literalmente no centro do campo de batalha, tomando a decisão asséptica de não se envolver com nenhum dos dois lados, ele deve ter a sua bandeira branca respeitada, porque é essa bandeira que permite aos participantes daquele jogo “formar, com suas próprias cabeças, uma opinião sobre o assunto” (EDITORIAL..., 2014).

Meses antes, durante as manifestações de junho de 2013, acusada nas redes sociais *online* ora de se omitir, ora de criminalizar o movimento destacando apenas seu caráter disruptivo, também havia sido por esse mesmo recorte que a TV Globo havia defendido a própria atuação na cobertura das manifestações, em editorial lido por Patrícia Poeta:¹⁰

A TV Globo vem fazendo reportagens sobre as manifestações desde o seu início sem nada a esconder: os excessos da polícia, as reivindicações do movimento passe livre, o caráter pacífico dos protestos e, quando houve, depredações e destruição de ônibus. É nossa obrigação, e dela nós não nos afastaremos. O direito de protestar e de se manifestar pacificamente é um direito dos cidadãos. (T14GO89, 2013).

Os 22 segundos de pronunciamento no dia 17 de junho de 2013 levaram Patrícia Poeta a ocupar os *Trending Topics* do *Twitter* e, como destacado por Alzamora, Arce e Utsch (2014), a circulação intermídia desse posicionamento evidenciou que os princípios canônicos do jornalismo, convocados pela apresentadora para defender a atuação da Globo (imparcialidade, objetividade), foram escrutinados pela audiência, que cotejou a fala da apresentadora à cobertura efetuada pela imprensa.

O que há de novo neste segundo posicionamento da TV Globo é a centralidade do termo “profissional” enfatizado na interpretação de Bonner. Essa palavra foi repetida seis vezes numa narração de 3 minutos e 24 segundos. A atuação profissional do jornalista, ou a mediação especializada e diferenciada oferecida pelos profissionais que trabalham com jornalismo, seria a única capaz de oferecer “isenção e correção para informar o cidadão sobre o que está acontecendo. E o cidadão, informado de maneira ampla e plural, escolha o caminho que quer seguir. Sem cidadãos informados não existe democracia.” (EDITORIAL..., 2014).

Não está dito pelo apresentador, mas o endereçamento do recado é claro. Trata-se de reafirmar o papel de intermediário e de purificador, nos termos da TAR, privilegiado num cenário de múltiplos *mediadores*. Como apontam Bezerra e Grilo (2014), trata-se de uma guerra de narrativas travada entre a “grande mídia” e os coletivos midialivristas. Aliás, a adoção da terminologia “jornalismo profissional” pelos meios de massa explicita sua contraface comparativa, que seria o “jornalismo amador”, com toda o juízo de valor negativo que essa expressão carrega.

A Globo não é a única a fazer essa defesa da mediação jornalística. Vinte dias após o início das manifestações de junho de 2013, a *Folha de S. Paulo* tentou reafirmar a função *mediadora* do jornalismo ao usar dados sobre a origem de compartilhamentos nas redes sociais *online* para provar que a autoridade informativa num cenário de múltiplas conexões ainda é das grandes empresas jornalísticas, particularmente a própria *Folha de S. Paulo* (SOARES; DE SÁ, 2014).

Martín-Barbero (1997) ressaltou, entretanto, que interagir não é necessariamente sinônimo de aceitar uma determinada ação mediadora, destacando que a relação entre lógicas de produção e competências de recepção é mediada por sociabilidade e institucionalidade. Enquanto sociabilidade resulta da trama das relações cotidianas, “dos modos e usos coletivos de comunicação” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 17), a institucionalidade busca a regulação dos discursos. Remetendo a essa dupla negociação, Orozco Gómez (2006) considera que práticas comunicativas resultantes das mudanças tecnológicas “misturam-se em circuitos e ações de resistência e confrontação, passividade e aceitação, proposição e debate” (OROZCO GÓMEZ, 2006, p. 87). Entendemos que esse é o caso de práticas comunicativas resultantes de ações como visualizar, curtir, compartilhar, comentar e recomendar, as quais conectam informações produzidas pela imprensa e por cidadãos nas redes sociais *online*.

É o que se observa na apropriação que faz do editorial do Jornal Nacional não apenas o humorista Rafucko,¹¹ mas o coletivo que se associa a ele para dar visibilidade no *Facebook* ao vídeo em que a personagem Patrícia Correta, paródia da companheira de bancada de Bonner no Jornal Nacional, interpela o jornalista durante seu pronunciamento, em *post* intitulado “William Bonner é corrigido ao vivo”¹². Nesse *post* a atuação da personagem não apenas refuta a suposta correção da ação *mediadora* que Bonner defende, como evidencia a impossibilidade de se conceber mediação como mera ação intermediária entre dois pontos.

O vídeo foi postado em 18 de fevereiro e retirado do ar pelo *YouTube* 12 horas depois, quando, segundo o próprio autor, alcançava quase 500 mil visualizações. O argumento da TV Globo, acatada pelo *YouTube*, foi de que ao utilizar o pronunciamento na íntegra, Rafucko feria a legislação de proteção à propriedade intelectual. A reação pública foi imediata e viral. Nas redes sociais *online*, usuários apontaram a incoerência de a TV Globo censurar a apropriação de um editorial que versava sobre liberdade de expressão. O vídeo foi repostado múltiplas vezes em ações não coordenadas, tanto no *YouTube* quanto no *Vimeo*, além dos *uploads* diretamente feitos em *blogs* e outros ambientes midiáticos *online*. Quando da produção deste artigo, apenas uma das cópias (a aqui analisada) somava mais de 750 mil visualizações.

Logo no início da intervenção do humorista, é possível compreender por que Latour (2000b) diz que não há mediação, mas uma cadeia incessante de mediações. Após Bonner afirmar que o jornalismo profissional é essencial numa democracia, uma vez que é ele que busca “isenção e a correção para informar o cidadão sobre o que está acontecendo” (EDITORIAL..., 2014), a personagem Patrícia Correta o interrompe:

Eu vou aproveitar que eu tô com o laptop ligado e vou ler uma manchete do *site* G1, que saiu semana passada: “Estagiário de advogado diz que ativista afirmou que homem que acendeu rojão era ligado ao deputado estadual Marcelo Freixo”. Bom, Esse é um exemplo claro de isenção e correção dos veículos da organização Globo que o William acaba de mencionar.

Com sua personagem, Rafucko convoca à mediação coletiva a matéria por ele mencionada. Com 873 comentários postados à própria página, 299 *tweets* e 7,3 mil recomendações no *Facebook* (considerando apenas o uso desses canais via os *plugins* de interatividade do próprio Portal), a matéria foi execrada nas redes sociais *online*.¹³

Percebe-se, portanto, que reafirmar um papel de participante isento do jogo informacional não é suficiente para fechar a caixa-preta da mediação jornalística. Mais para controversia que para a estabilização, a mediação jornalística não é uma ponte no espaço neutro entre a realidade e o cidadão, mas situa-se adiante, em circulação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constituídas no âmbito daquilo que Latour (1994) chamou de uma promessa de modernidade jamais cumprida, diversas teorias do jornalismo situam a mediação jornalística no espaço intermediário entre o mundo e os cidadãos, sendo o jornalismo um elemento terceiro, externo à rede constituidora do fato a ser relatado. Em maior ou menor grau, conforme posicionam a mediação jornalística mais próxima do polo emissor ou receptor, diferentes teorias do jornalismo afirmam a mediação jornalística como resultado de um conjunto de práticas profissionais sem as quais torna-se praticamente impossível alcançar as garantias da modernidade, destacadamente a democracia. Nos termos da TAR, a mediação jornalística é, portanto, um gesto purificador.

A circulação intermediária de informações produzidas pela imprensa e por cidadãos conectados em rede impacta, contudo, na tradicional função mediadora do jornalismo. Não parece mais plausível conceber a mediação jornalística como o mero posicionamento intermediário e purificador, segundo a terminologia empregada pela TAR. Parece cada vez mais evidente que a mediação jornalística é apenas parte de uma espiral de mediações sobrepostas, em atravessamentos variados, como destaca Orozco Gómez (2006).

É neste sentido que questionamos aqui a defesa em torno de certa mediação diferenciada *a priori*, como a que se percebe no editorial veiculado pelo Jornal Nacional. Ignorando a associação entre diferentes elementos, humanos e não-humanos, que resultam na construção coletiva de uma realidade possível, o telejornal busca reafirmar seu papel intermediador e purificador.

Analisando tal editorial à luz da Teoria Ator-Rede, percebemos que o telejornal faz o fechamento da caixa-preta do jornalismo, ou seja, a mediação jornalística é apresentada a partir de uma determinada estabilização, a partir de um “eu medeio” institucional e deontológico que atenua o caráter mais promissor da mediação jornalística, que é da ordem da circulação e, portanto, do hibridismo. Entretanto, a maneira como o editorial

circula nas redes sociais *online* evidencia os processos infundáveis de tradução que colocam a mediação jornalística inevitavelmente numa espiral de mediações variadas.

Recusamos, portanto, a atuação exclusiva e diferenciada de um intermediário, o jornalista, assim como seu gesto pretensamente purificador, pois a mediação, híbrida e plural, resulta de uma cadeia de transformações da qual o jornalismo é parte e actante. O “*eu medeio*” jornalístico é, assim, relativizado pelo “*nós mediamos*”. Nessa acepção, nem o jornalista é exterior ao fato que relata, nem o social está dado de antemão. A mediação jornalística se torna híbrida, parte integrante e jamais autônoma do movimento coletivo de reagregar o social nas conexões intermediáticas da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ALZAMORA, Geane; ARCE, Tacyana; UTSCHE, Raquel. Acontecimentos agenciados em rede: os eventos do Facebook no dispositivo protesto. In: DA SILVA, Regina H. A. (Org.). *Ruas e redes: dinâmica dos protestosBR*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014. p. 39-65.

ALZAMORA, Geane de Carvalho. Especificidades da rede intermídia contemporânea considerações sobre a audiência em contextos reticulares. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicacion*, v. 9, n. 17, p. 50-61, 2012.

BEZERRA, Arthur Coelho; GRILLO, Carolina Christoph. Batalhas nas ruas, guerra nas redes: notas sobre a cobertura midiática da violência em manifestações. *Liinc em Revista*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 163-175, mai. 2014.

BRAGA, José Luiz. Circuito versus campos sociais.. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda. *Mediação & Mídiação*. Salvador: EdUfba, Brasília: Compós, 2012. p. 31-52.

BRUNS, Axel. *Gatewatching: collaborative online news production*. New York: Peter Lang, 2005.

EDITORIAL da Rede Globo sobre a morte de cinegrafista. *G1*, 10 fev. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/02/editorial-da-rede-globo-sobre-morte-de-cinegrafista.html>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma “analítica” da mídiatização. *Matrizes*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105, 2008.

HOLANDA, André; LEMOS, André. Do paradigma ao cosmograma: sete contribuições da Teoria Ator-Rede para a pesquisa em comunicação. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 22, 2013,

Salvador-BA. *Anais...* Salvador: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2013.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo*: Norte e Sul: manual de Comunicação. São Paulo: EDUSP, 2001.

LATOURETTE, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M; JACOB, C. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2000a.

_____. The Berlin Key or how to do words with things. In: GRAVES-BROWN, Paul. (Ed.). *Matter, Materiality and Modern Culture*. Londres: Routledge, 2000b. p. 10-21.

_____. *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, SP: Edusc, 2012.

LEMOS, André. *A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura*. São Paulo: Annablume, 2013.

LIPPMANN, Walter. *Public opinion*. New York: Macmillan, 1922.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editor, 2002.

MARTINO, Luís Mauro Sá. De volta à prancheta: a pesquisa sobre objetividade da informação em três estudos contemporâneos de jornalismo. *Conexão - Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, v. 13. n. 25, p. 145-160, jan./jun. 2014.

MORAES, Francilaine; ADGHIRNI, Zélia. *Jornalismo e democracia: o papel do mediador*. *E-Com-pós*, Brasília, v. 14, n. 2, maio/ago. 2011.

MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo, mediação, poder: considerações sobre o óbvio surpreendente*. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 1, 2003, Brasília-DF. *Anais...* Brasília: Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR), 2003.

_____. *As sombras de junho*. *Liinc em Revista*. Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 163-175, mai. 2014.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. *Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos*. In: MORAES, Dênis. (Org). *Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 81-117.

RODRIGUES, Carla. Para antropólogo, ideia do 'eu' precisa dar lugar à de rede. *Valor Econômico online*, 07 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/2778026/para-antropologo-ideia-do-eu-precisa-dar-lugar-de-rede#ixzz22xMxdGxP>>. Acesso em: 14 out. 2014.

SOARES, Marcelo; DE SÁ, Nelson. Jornalismo domina rede social durante protestos pelo país. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 jul. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1305911-jornalismo-domina-rede-social-durante-protestos-pelo-pais.shtml>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

SÔLHA, Hélio Lemos. 'Media' e as manifestações de junho: controle e disputa. *Observatório da Imprensa*, 22 out. 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed769_mediae_as_manifestacoes_de_junho_controle_e_disputa>. Acesso em: 28 mai. 2014.

T14GO89. MANIFESTO: Patrícia Poeta poeta defende a Rede Globo! YouTube, 17 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CgBW8IMPAok>>. Acesso em: 15 out. 2014.

WOLTON, Dominique. *Pensar a Comunicação*. Brasília: UnB, 2004.

NOTAS

- 1 Disponível em: <<http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/63863/jornalistas+usam+redes+sociais+par+a+comentar+morte+de+cinegrafista+da+band>>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- 2 Disponível em: <http://www.portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/63861/entidades+de+imprensa+repercutem+morte+de+cinegrafista+e+cobram+mais+seguranca>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- 3 Disponível em: <http://www.abraji.org.br/?id=90&id_noticia=2756>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- 4 Até aqui grafamos mediar e suas desinências em itálico para marcar uma distinção essencial para o objetivo deste artigo. A noção de um *mediador* como aquele que se interpõe entre dois polos de ação visando a que a ação se desenvolva de modo mais harmonioso possível, é duramente criticada pela Teoria Ator-Rede (TAR), que identificam nessa figura não um mediador, mas um intermediário. Na perspectiva da TAR, mediação é a ação de transformar, provocar uma mudança no curso da ação. De forma didática, sempre que nos referirmos à mediação na acepção aqui tensionada, o faremos em itálico. Quando, pelo contrário, estivermos nos referindo à noção defendida pela Teoria Ator-Rede dispensaremos o grifo.
- 5 O ideal da objetividade, que vai direcionar a atividade jornalística desde seus primórdios, funda-se na ideia de confiança entre jornalista e público e, de certo modo, baliza a noção tradicional de *mediação* em jornalismo. A objetividade do relato jornalístico relaciona-se à exatidão na apuração e à ética profissional de busca da verdade, dentre outros aspectos. Sobre o assunto, conferir: Martino (2014).
- 6 A noção de ator social em Orozco Gómez (2006) difere das noções de ator e de social na TAR, como se verá mais adiante neste trabalho.
- 7 Não cabe ingressar na discussão sobre diferentes conceitos de mediação e midiatização. Consideramos necessário esclarecer de que maneira abordamos esses conceitos no presente artigo. Midiatização (BRAGA, 2012; FAUSTO NETO, 2008) refere-se ao processo de atravessamento dos vários campos sociais pelo campo midiático, que vai-se tornando cada vez mais presente, em função do aceleração do desenvolvimento de dispositivos tecnológicos. Para Braga (2012) não há oposição entre mediação e midiatização, sendo a midiatização a principal forma de mediação na contemporaneidade.

- 8 O termo actante é proveniente da semiótica elaborada por Algidas Greimas em torno de textos literários. A nomenclatura procura contemplar humanos e não-humanos, tomando ambos como aqueles ou aquilo que age em função de serem levados a agir por outros. Este aspecto fundamenta a antropologia simétrica proposta por Bruno Latour, em que humanos e não-humanos tem potencial de ação, mesmo que ajam de formas distintas.
- 9 Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/02/editorial-da-rede-globo-sobre-morte-de-cinegrafista.html>>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- 10 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CgBW8IMPAok>>. Acesso em: 15 out. 2014.
- 11 Em sua página na *web* Rafucko apresenta-se como “*videomaker*, diretor, escritor, editor, *performer*, VJ, twiteiro e faz presença VIP em manifestações”. Disponível em: <<http://rafucko.com/bio/>>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- 12 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z63YMcZnkU>>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- 13 Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/estagiario-de-advogado-diz-que-ativista-afirmou-que-homem-que-acendeu-rojao-era-ligado-ao-deputado-marcelo-freixo.html>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

Artigo recebido: 15 de outubro de 2014

Artigo aceito: 29 de novembro de 2014